

**Comissão de Cultura**  
**Ata de Reunião Ordinária**

**Data:** 27.04.2017  
**Local:** Sala 307-A  
**Presenças:** Desembargador João Paulo Lucena (Coordenador), Daniel Dedavid Aguiar (Secretaria de Comunicação Social), Vanise Krindges Marques e Martine D'Andrea de Medeiros (Cerimonial).  
**Pauta:** Atividades da Comissão para o ano de 2017.  
**Secretária:** Igor Ferraz Freiburger (AGE)  
**Hora de início:** 10h30min  
**Hora de término:** 11h30min

---

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de 2017, às 10 horas e 30 minutos, na sala 307-A do Prédio-sede do Tribunal, ocorreu reunião ordinária da Comissão de Cultura, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi conduzida pelo Excelentíssimo Desembargador João Paulo Lucena, conforme relato que segue: o Des. Lucena iniciou a reunião perguntado sobre o Projeto Tampart, com as representantes do Cerimonial informando que não há data para a instalação e que o artista não deu mais notícias. Ficou combinado que o Cerimonial tentará novo contato com o artista responsável pelo projeto. A seguir, Martine informou que realizaram pesquisa sobre quem tem interesse em expor nas dependências da Justiça do Trabalho, existindo um banco de dados de sugestões. O Desembargador Lucena destacou a alta qualidade da exposição de fotos da Maria Clara, com os presentes discutindo como será feita a montagem dessa exposição nos foros do interior. Foi decidido que o Cerimonial fará contato com Maurício e Kátia, do Memorial, porque eles possuem experiência em preparar exposições no interior. Na sequência, os presentes debateram o uso e eventual compra de cavaletes para exposição. Vanise ressaltou que às vezes uma vara pede para receber a exposição sem que a direção do foro tenha antes autorizado ou sem avaliar se o espaço local é suficiente. Mencionou ainda que o artista tem de estar junto no momento do envio das obras para se certificar que

está tudo correto. O Desembargador Lucena sugeriu que o Cerimonial adote uma mensagem padrão questionando o foro que manifestar interesse, questionando se têm espaço e condições para montar a exposição. Após debate, restou estabelecido o envio de e-mail confirmando as seguintes informações: aprovação da unidade, ciência e aprovação da direção do foro, condições do local, responsabilidade por montar e desmontar a exposição, garantia de integridade das obras, autorização dos autores e aprovação da Comissão de Cultura. O grupo concluiu ainda que a exposição da Maria Clara servirá como projeto-piloto para estabelecer procedimentos nesse sentido. Martine informou que o Memorial tem de montar a agenda de exposições, ficando de verificar com Maurício as datas da exposição sobre o MPT. Os presentes comentaram que esta exposição foi muito elogiada, inclusive pelo MPT, porque resgatou dados históricos inexistentes na instituição, havendo interesse do Ministério Público em expô-la em suas dependências em Porto Alegre e em Brasília. A SECOM ficou encarregada de verificar com o Memorial sobre o envio da exposição sobre a advocacia gaúcha em Pelotas e depois para Passo Fundo. Também ficou combinado que a exposição será incluída na agenda administrativa. A seguir, os presentes comentaram sobre os eventos da semana nacional de museus e sobre o trabalho que será apresentado pelo Memorial sobre processo trabalhista tramitado após o regime militar em que uma professora da UFRGS pedia reintegração ao emprego que foi obrigada a deixar por perseguição política. O Desembargador Lucena lembrou que o processo foi julgado pela Desembargadora Guilhermina, no 1º Grau, e depois pelo Desembargador Ledur, já no 2º Grau. O caso será usado no Sarau. Foram ainda lembrados o Ciclo de Cinema com debates, que começava no dia da reunião, e a mudança programada do Memorial para o Foro de Porto Alegre, devendo ocupar o 7º andar do prédio III. A Comissão debateu, a seguir, os critérios usados para selecionar os escolhidos entre os vários pedidos para exposição, com a SECOM informando terem recebido apenas oito textos no Desafio Literário. Aguiar salientou que um dos textos foi, em um primeiro momento, considerado inadequado por apresentar expressões racistas, devendo ser melhor avaliado pela Comissão de Cultura. Na sequência, o Desembargador Lucena suscitou debate sobre a retomada do Prata da Casa, com apresentações

artísticas dos próprios magistrados e servidores. A Comissão debateu os eventos anteriores, as razões que levaram o Prata da Casa a perder relevância e as medidas possíveis para que fosse reeditado com maior sucesso. Foi sugerido um evento focado apenas em música, sendo lembrados os nomes de servidores e magistrados que cantam e tocam como possíveis convidados (Cordovil, Marimon, Cassal, Kézia). O Desembargador Lucena pediu que os demais façam uma seleção e apresentem sugestões, lembrando ainda do grupo de teatro formado por servidores e que teve problemas para seguir usando espaço da Escola Judicial como local de ensaio. O Cerimonial ficou encarregado de verificar se eles tem interesse em fazer algo em parceria com a Comissão e o que precisam para ensaiar, para a partir daí verificarem em que medida o Tribunal pode colaborar. Os presentes convergem quanto a se aproximar mais do Sintrajufe a fim de promover iniciativas culturais em conjunto. Combinam também a realização de encontro de trabalho na segunda metade de maio para dar retorno sobre os temas ora tratados. Por fim, o Desembargador Lucena sugere nova edição do desafio fotográfico, que pode ocorrer a cada dois meses, é uma iniciativa que dá pouco trabalho e tem ótima repercussão, com toda a Comissão concordando com a proposta. Reunião encerrada às 11 horas e 50 minutos. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiburger, lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e enviada eletronicamente para validação.